

CETESB - COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 (valores em milhares de reais)

01 Contexto Operacional

A CETESB, com sede na Avenida Professor Frederico Hermann Jr., 345 – Alto de Pinheiros – São Paulo – SP, empresa de economia mista, de capital fechado, onde a Fazenda do Estado de São Paulo detém 99,9988% do capital social, constituída pela Lei nº 118 de 29/06/73, alterada pela Lei nº 13.542 de 08/05/09, vinculada à Secretaria de Estado do Meio Ambiente, tem atribuições legais voltadas para a sua condição de órgão delegado do Governo do Estado de São Paulo no campo do controle da poluição e de órgão executor do Sistema Estadual de Administração da Qualidade Ambiental, Proteção, Controle e Desenvolvimento do Meio Ambiente e Uso Adequado dos Recursos Naturais – SEAQUA.

02 Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as normas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – NBC TG's e, com base na Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76 e alterações posteriores – Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09.

Na elaboração das demonstrações contábeis, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas úteis do ativo imobilizado, provisões necessárias para passivos contingentes e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

03 Práticas Contábeis

a. Apuração do Resultado

As receitas e despesas são contabilizadas de acordo com o regime de competência.

b. Aplicações Financeiras

Os valores aplicados são acrescidos dos rendimentos financeiros proporcionais até a data do balanço.

c. Estoques

Os estoques de materiais e de produtos estão demonstrados ao custo médio de aquisição ou produção e os serviços em andamento ao custo de produção.

d. Investimentos

Demonstrado ao custo de aquisição, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, deduzido da provisão para desvalorização ao valor de mercado.

e. Imobilizado

Demonstrado ao custo de aquisição, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995 e acrescido de valores de reavaliação sobre imóveis, realizada no exercício de 2003.

A Companhia adotou o valor residual reavaliado em 31 de dezembro de 2003 como novo valor de custo dos imóveis (terrenos e benfeitorias). A parcela da reserva de reavaliação referente aos imóveis, exceto terrenos, é transferida (realizada) para lucros (prejuízos) acumulados na mesma proporção em que os bens são depreciados. A parcela da reserva de reavaliação sobre terrenos somente será transferida (realizada) para lucros (prejuízos) acumulados quando os terrenos forem alienados.

As depreciações são calculadas pelo método linear, com base no prazo estimado de vida útil econômica dos bens.

f. Ativo Intangível – Programas de Computador (Softwares)

Licenças adquiridas de programas de computador são capitalizadas e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada, pela taxa descrita na Nota 7.

g. Provisão para Férias, Licença Prêmio e Encargos

As férias vencidas, as proporcionais, a licença prêmio e seus encargos incorridos até a data do balanço, foram apropriadas mediante constituição de provisão.

h. Arrecadação de Multas

Os valores das multas aplicadas, decorrentes do exercício do poder de polícia delegado e abrangidos pelo princípio da imunidade tributária recíproca, estão registrados nas contas de compensação e são contabilizados como resultado quando do seu efetivo recebimento, parcelamento, repasse pelo Tesouro do Estado ou sua inscrição na dívida ativa do Estado.

i. Arrecadação de Licenças Ambientais

Os valores das licenças ambientais concedidas, decorrentes do exercício do poder de polícia delegado e abrangidos pelo princípio da imunidade tributária recíproca, estão registrados como resultado quando do seu efetivo recebimento ou parcelamento.

j. Imposto de Renda e Contribuição Social

A Companhia é optante pela tributação com base no lucro real, sendo que em 31/12/2015, o prejuízo líquido do exercício, ajustado pelas adições e exclusões, manteve-se em um prejuízo fiscal, não sendo necessário, assim, a constituição de provisão para imposto de renda e contribuição social.

k) Ativos Circulantes e Realizáveis a Longo Prazo

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicáveis, os rendimentos auferidos. Em razão das características operacionais da CETESB, não são aplicáveis ajustes ao valor presente líquido e/ou valor justo de realização.

04 Equivalentes de Caixa

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Bancos	719	1.365
Aplicações Financeiras:		
Livres	27.334	34.050
Vinculadas a Convênios	23.146	25.062
	<u>51.199</u>	<u>60.477</u>

05 Parcelamentos a Receber

	<u>Circulante</u>		<u>Não Circulante</u>	
	<u>2015</u>	<u>2014</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Multas Fontes Móveis	15.782	14.194	1.153	1.063
Multas Fontes Estacionárias	8.307	7.351	4.012	2.360
Assistência Médica	250	218	264	213
Multas Agenda Verde	302	67	159	61
Cursos	7	7	0	0
Perdas Est.Créd..Liq. Duvidosas	-7.083	-6.923	0	0
Atualização Legal	477	276		
	<u>18.042</u>	<u>15.190</u>	<u>5.588</u>	<u>3.697</u>

06 Imobilizado**a. Composição dos Saldos**

	Taxa de Depreciação % a.a.	2015			2014
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Terrenos		14.957	0	14.957	14.957
Edifícios e instalações	1,82 a 2,86	54.444	23.233	31.211	30.492
Rede Telemétrica	10	2.727	2.705	22	32
Máquinas e equipamentos	10	66.261	38.562	27.698	25.835
Móveis e utensílios	10	5.699	3.564	2.135	2.226
Veículos e embarcações	20 e 5	15.860	9.053	6.807	9.162
Microcomputadores e periféricos	20	15.518	8.198	7.320	6.052
Laboratório volante e de testes de Veículos	10	921	921	0	0
Benfeitorias em propriedade terc.	20	7.454	2.880	4.575	3.877
Imobilizações em andamento		33.568	0	33.568	29.593
Outros	4	972	102	870	869
TOTAL		218.381	89.218	129.163	123.095

b. Movimentação do Custo

	2014	2015		
	Custo	Adições	Baixas	Custo
Terrenos	14.957	0	0	14.957
Edifícios e instalações	51.600	2.844	0	54.444
Rede Telemétrica	5.026	0	2.299	2.727
Máquinas e equipamentos	61.801	6.872	2.412	66.261
Móveis e utensílios	5.458	322	81	5.699
Veículos e embarcações	19.066	173	3.379	15.860
Microcomputadores e periféricos	12.716	3.407	605	15.518
Laboratório volante e de testes de Veículos	921	0	0	921
Benfeitorias em propriedade terc.	6.506	948	0	7.454
Imobilizações em andamento	29.593	12.350	8.375	33.568
Outros	970	2	0	972
TOTAL	208.614	26.918	17.151	218.381

A CETESB realizou no exercício de 2003 a reavaliação dos seus imóveis (terrenos e benfeitorias), em consonância com a Lei das Sociedades por Ações, a Deliberação CVM nº 183/95 e a Deliberação CODEC nº 01/91. No exercício de 2015 foi realizada contra a conta de Resultado a depreciação no montante de R\$ 312 mil (R\$ 312 em 2014).

07 Intangível

a. Composição dos Saldos

	Taxa de Amortização % a.a	2015				2014
		Custo	Amortização	Baixas	Líquido	Líquido
Software	20	585	572	0	13	23
TOTAL		585	572	0	13	23

b. Movimentação do Custo

	2014	2015		
	Custo	Adições	Baixas	Custo
Software	577	8	0	585
TOTAL	577	8	0	585

08 Impostos e Contribuições a Recolher

	Circulante		Não Circulante	
	2015	2014	2015	2014
Impostos e Contribuições	16.284	15.343	0	0
Impostos Res.Reavaliação	75	75	1.775	1.850
Parcelamento – IRRF	1.292	2.789	4.227	3.905
TOTAL	17.651	18.207	6.002	5.755

09 Valores a Receber – Dívida Ativa

A CETESB continua efetuando a inscrição das multas ambientais no Sistema da Dívida Ativa (SDA), administrado pela Procuradoria Geral do Estado. O valor das multas é atualizado pelo IPC-Fipe, que também é usado para atualização da UFESP.

Em atendimento ao princípio contábil da prudência, a Companhia adota conservadoramente o procedimento de constituir provisão para Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) em montante julgado suficiente para cobrir eventuais perdas.

Em 2003, quando do início do registro contábil das inscrições das multas ambientais na dívida ativa do Estado de São Paulo, a Companhia elaborou um trabalho fundamentado em seu banco de dados das multas ambientais, tendo concluído por estabelecer o percentual de 30% como parâmetro básico para o registro da PECLD, a qual foi mantida nos exercícios de 2003 a 2014, porém o grau de recebimento das multas ambientais inscritas na dívida ativa ficou muito aquém do que era esperado, demonstrando que a PECLD necessitava de revisão.

No exercício de 2015, com base na série histórica dos exercícios de 2003 a 2015, das inscrições de multas ambientais no SDA, e na Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, houve alteração na provisão para perdas estimadas em montante reavaliado das prováveis perdas, considerando como perdas estimadas todas as multas inscritas há mais de 5 (cinco) anos. Importante registrar que essa revisão resultou em prejuízo no exercício, no montante de R\$ 225.005 mil.

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Inscrições na Dívida Ativa do Estado de SP	682.816	603.553
(-) PECLD – Perdas Estimadas de Créditos de Liquidação Duvidosa	<u>(417.303)</u>	<u>(173.449)</u>
TOTAL	<u>265.513</u>	<u>430.104</u>

10 Contingências e Compromissos Assumidos

a) Nas datas das demonstrações contábeis, a Companhia apresentava os seguintes passivos e correspondentes depósitos judiciais, relacionados a contingências:

	<u>Circulante</u>		<u>Não Circulante</u>	
	<u>2015</u>	<u>2014</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Contingências Trabalhistas e Previdenciárias	3.819	3.729	18.991	20.841
Reclamações Cíveis	<u>14.837</u>	<u>7.716</u>	<u>64.251</u>	<u>40.915</u>
	<u>18.656</u>	<u>11.445</u>	<u>83.242</u>	<u>61.756</u>

O montante em 31 de dezembro de 2015 de Depósitos Judiciais efetuados para contingências trabalhistas é de R\$ 7.640 mil.

b) A movimentação das provisões no exercício de 2015 está demonstrada a seguir:

	<u>Ações Trabalhistas</u>	<u>Ações Cíveis</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2014	24.570	48.631
Adições	886	30.688
Baixas	-2.647	-231
Saldo em 31 de dezembro de 2015	<u>22.809</u>	<u>79.088</u>

c) Natureza das contingências

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, tributários e outros em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada pela opinião de seu Departamento Jurídico.

A natureza das obrigações pode ser sumariada como segue:

- Contencioso Cível – possui características próprias, à medida que a grande maioria das ações propostas em face da empresa (mandados de segurança e ações anulatórias de multa em geral), ainda que julgadas procedentes, não resultam em condenações que signifiquem desembolsos financeiros diretos. Nesse sentido, para os fins de se realizar o provisionamento das prováveis perdas judiciais cíveis, procedeu-se a uma triagem dos processos em curso, tendo-se, de início, realizado a escoima dos processos que não resultam em condenações com reflexos financeiros diretos, à exceção do eventual pagamento de custas e honorários advocatícios.

Em 2014 foi incluído o valor de R\$ 36.587 mil, referente ao montante de contribuições (PIS/PASEP, COFINS e CSLL) do exercício de 2009, conforme crédito tributário constituído pela Receita Federal do Brasil, que está sendo discutido no STF – Supremo Tribunal Federal, em consonância com a medida cautelar na ação cível originária 2.304. O montante atualizado em 31/12/2015 é de R\$ 48.518 mil. O processo nº 0033927-88.2015.403.6182 encontra-se em execução fiscal e a dívida está garantida por meio de Seguro Garantia contratado pela CETESB, cuja apólice foi emitida em 11/01/2016, e poderá ser alterado ante o desdobramento das medidas judiciais pertinentes ao débito em questão.

- Contingências Trabalhistas – consistem, principalmente, em reclamações de empregados vinculadas a reivindicação da sexta parte, reintegração no emprego e diferenças de verbas rescisórias.

d) Perdas possíveis, não provisionadas no balanço

A Companhia tem ações de naturezas tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	2015	2014
Cíveis	1.044.993	41.443
Trabalhistas	23.299	21.530
TOTAL	1.068.292	62.973

As ações cíveis tiveram um acréscimo de R\$ 1.003.550 mil, decorrente do aumento de 41 ações em montantes significativos, cujo objeto principal é a discussão sobre eventuais danos ambientais/questionamentos sobre licenciamentos ambientais, e o principal autor é o Ministério Público.

11 Patrimônio Líquido

- O capital social está representado por 5.203.296.540 de ações ordinárias de classe única, nominativas e sem valor nominal.
- O Estatuto Social da Companhia estipula que as ações ordinárias terão direito ao dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, após as deduções determinadas ou admitidas em lei, porém, baseada no art. 197 da Lei das Sociedades por Ações, a Companhia manteve Reservas de Lucros a Realizar, cuja natureza decorre de receitas do Exercício do Poder de Polícia Delegado que se realizarão em exercícios futuros. Sendo assim, como prática constante da empresa, não houve distribuição de dividendos sobre as reservas de lucros.
- O prejuízo apurado no exercício de 2015, no montante de R\$ 225.005 mil foi absorvido pela Reserva de Lucros constituída até o exercício de 2014, no montante de R\$ 375.104 mil, restando uma Reserva de Lucros no exercício de 2015 no montante de R\$ 150.411 mil.

12 Cobertura de Seguros

A Companhia mantém cobertura de seguro contra incêndio, raio, explosão, transportes nacionais e internacionais e riscos diversos em montante considerado suficiente para cobrir eventuais sinistros.

13 Instrumentos Financeiros

A Companhia participa de operações que envolvem instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais que se destinam a atender as suas necessidades de gerenciamento de disponibilidades. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de definição de estratégias e estabelecimento de sistemas de controles. Os instrumentos financeiros contabilmente encontram-se a valor de mercado.

14 Adequação às novas Normas Contábeis e reflexos nas Demonstrações Contábeis

A CETESB sempre observou integralmente as Normas Contábeis Brasileiras e já se adequou às Normas Internacionais, inclusive dos CPC's – Comitês de Pronunciamentos Contábeis, ICPC's – Instruções dos Comitês de Pronunciamentos Contábeis e OCPC's – Orientações dos Comitês de Pronunciamentos Contábeis vigentes a partir do exercício de 2008. De todas as adequações realizadas, cabe destacar os seguintes CPC's:

CPC 01 – Redução no Valor Recuperável de Ativos – A CETESB entende que não se enquadra na exigência/obrigatoriedade do teste de impairment, dada as suas características peculiares no uso de seus bens patrimoniais que não tem finalidade comercial, conforme ressaltado no Relatório da Administração, tendo unicamente a finalidade de prestação de serviços públicos. Registre-se que os bens patrimoniais da CETESB, após o fim de sua utilização, não são comercializados e seu destino deve, por determinação do Decreto nº 27.041/87, alterado pelo Decreto nº 27.163/87, do Relatório à Diretoria 148/97/A de 02/11/97 e da Política Institucional PI/AD-005 de Ativo Imobilizado, ser a doação para o Fundo de Solidariedade do Estado de São Paulo.

CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa – Desde a vigência da Lei nº 11.637/08, a CETESB tem adotado essa demonstração.

CPC 04 – Ativo Intangível – A CETESB assume a mesma posição já apresentada no CPC 01, isto é, são bens que não estão sujeitos a transações mercantis.

CPC 16 – Estoques – Os estoques estão registrados pelo seu valor original, não havendo indicação que os valores sejam superiores aos de realização.

CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – Com base na nota explicativa nº 10, a CETESB entende atender este Pronunciamento.

CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis – Desde o exercício de 2010 foram implementadas as adequações previstas por este CPC, expressas no Balanço Patrimonial, na Demonstração de Resultado, na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

CPC 27 – Ativo Imobilizado – Conforme apresentado no CPC 01, a CETESB por suas peculiaridades no uso de seus bens patrimoniais, que não tem finalidade mercantil, entende que a prática contábil atual está adequada a este CPC.

15 Demonstração do Resultado Abrangente

A CETESB não apresentou em suas operações e, portanto não reconheceu quaisquer componentes de outros resultados ou resultados abrangentes no período findo em 31/12/15, ou seja, o resultado do exercício é igual ao resultado abrangente total.

16 Demonstração dos Fluxos de Caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa está demonstrando o prejuízo líquido do exercício de 2015, culminando também em prejuízo fiscal e, portanto não incidindo sobre o resultado o imposto de renda e contribuição social.

17 Imunidade Tributária

Conforme notas explicativas 3.h e 3.i, a CETESB, como Órgão delegado do Estado de São Paulo, pratica o princípio da imunidade tributária recíproca.

A fim de consolidar seus conceitos e práticas, em 19 de dezembro de 2013, a CETESB ingressou com pedido de reconhecimento da imunidade recíproca (direito tributário) junto ao Supremo Tribunal Federal (Processo nº ACO 2304), para a questão da tributação das receitas oriundas do poder de polícia delegado, tais como: arrecadação de multas ambientais, licenças ambientais e taxa de fiscalização ambiental, tendo sido concedida Liminar em 31/03/14.

18 Custos e Despesas

	<u>Custo de Produção</u>	<u>Desp.Gerais e Administrativas</u>
Pessoal e Reflexos	265.537	106.974
Materiais	3.706	394
Serviços de Terceiros	9.861	5.177
Perdas Estimadas de Crédito de Liquidação Duvidosa	0,00	232.973
Outras	31.820	30.216
Total	<u>310.924</u>	<u>375.734</u>